



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

ASSISTÊNCIA SOCIAL, VIOLÊNCIA E NEGRITUDE: DIÁLOGOS SOBRE A QUESTÃO RACIAL COM TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Meyrieli de Carvalho Silva¹
Rovana Patrocínio Ribeiro²
Luizane Guedes Mateus³

Resumo

O presente trabalho refere-se a relato de experiência desenvolvida no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas/Vitória, serviço responsável por atender/acompanhar famílias e indivíduos em situação de violência. De acordo com dados do IPEA (2015), a população negra lidera o grupo de beneficiários dos programas socioassistenciais, questão que comparece em Vitória. Diante do indicativo e por compreender que o fazer profissional deve perpassar um compromisso ético-político com as questões étnico-raciais, foi organizado o I Seminário de Assistência Social e Questão Étnico-racial, problematizando o racismo vivenciado pelas/os usuárias/os dos Creas e apresentado no presente relato.

Palavras-chave: Assistência Social; Racismo; Violência.

Abstract

This paper aims to present an experience-report-study developed at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the city of Vitoria-ES, which is responsible for attending and monitoring individuals and their families in situations of violence. According to the IPEA (2015) data, the black population leads the group of beneficiaries of social assistance programs, this data also corroborate with the findings in Vitória. Given this indicative and to understand that professional action must respect an ethical-political commitment with ethnic-racial issues, the First Seminar on Social Assistance and Ethnic-Racial Issues was organized, focusing on the issues of racism experienced by CEAS users, illustrated in the present report.

Keywords: Social Assistance; Racism; Violence.

Marco Teórico de Referência

A história do Brasil é também a história da dominação colonialista. A população negra teve, historicamente, seus direitos negados e foi sujeitada ao lugar de inferioridade com relação aos brancos. Munanga (2005-2006) elucida que não é apenas a questão econômica

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória. E-mail: <meyrielics@gmail.com>.

²Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo, Terapeuta Ocupacional na Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória. E-mail: <rovana.to@gmail.com>.

³Pós Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional na Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: <lg_mateus75@hotmail.com>.

que atinge todos os pobres da sociedade, mas que a situação das classes sugere a situação das raças e que estas são resultado de longos anos de colonialismo europeu. Ainda nesse processo de constituição histórica, Quijano (2005) afirma que todas as formas de controle e exploração do trabalho foram articuladas em torno da relação com o novo sistema econômico: o capitalismo. Nesse contexto, todas as formas adotadas de controle do trabalho não passaram de mera extensão dos antecedentes históricos da escravidão e as vítimas da escravidão foram também vítimas desse sistema escravista de produção. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçados mutuamente (QUIJANO, 2005). Nessa perspectiva, Ianni (1992, p. 120) defende que:

As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de contar caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama de relações sociais.

O autor supracitado reforça que a expressão *raça* é uma categoria que se constitui no âmbito das relações sociais, tirando o foco das questões biológicas. Em suas análises ainda pontua sobre o termo *raça*, combinando as interações sociais marcadas por poder e dominação, que envolveu o modo de vida da população negra, em especial no Brasil, haja vista a imbricação do racismo com colonialismo. Os processos racializadores contribuíram para que predominasse no Brasil, entre o século XIX e XX, o mote de que a origem dos problemas brasileiros estava relacionada à mestiçagem. Logo, à negritude. Assim, várias foram as estratégias adotadas para impedir a entrada de negros e negras no Brasil (MUNANGA, 1999).

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude: na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar (EURICO, 2013).

Hasenbalg (1979) afirma que classe e raça estão articuladas em uma engrenagem cujas desigualdades estruturais são inseparáveis à sua formação e consolidação, visto que a construção ideológica de raça é um elemento chave para entender a formação das classes, já que as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes nas sociedades capitalistas multirraciais, possuindo como determinante primário o racismo para definições de “lugares” nessas sociedades. (HASENBALG, 1979).

Nesse sentido, consideramos para fins deste trabalho, a descrição de Munanga (2003) que apresenta o racismo como um conjunto de características de origem ideológica e não biológica, ao conceber que o comportamento racista implica em inferiorizar grupos sociais com traços culturais, linguísticos, religiosos como naturalmente inferiores. "Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural." (MUNANGA, 2003).

Desta forma, o racismo possui uma funcionalidade no modo de produção capitalista. Almeida (2016) assenta que “ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente”. Sendo assim, sob a perspectiva da totalidade, o debate acerca das opressões e exploração de classe não deve caminhar separado das determinações raciais, que são estruturais e estruturantes das relações sociais em todas as dimensões da vida social.

Dito isto, concordamos com EURICO (2013) ao problematizar que o racismo, como elemento estrutural e estruturante “é perverso e desencadeia relações sociais profundamente desumanas quando perpassa o cotidiano das instituições, configurando-se como racismo institucional.”

O Programa de Combate ao Racismo Institucional - PCRI implementado no Brasil em 2005 definiu o racismo institucional como:

O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22).

Em suas análises, Werneck (2013) definiu o racismo institucional como o modo de relacionar o direito e a democracia às necessidades do racismo, de maneira que esses inexistem ou existem de forma precária. Assim, o racismo institucional opera a partir de barreiras e irrupções nas vivências dos grupos e/ou indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste. Esta afinidade pode ser vislumbrada tanto na sua relação com os serviços e instituições que deveriam ser mantenedoras de direitos fundamentais, quanto nos espaços cotidianos de suas vidas.

Nesse sentido, a experiência relatada se desenvolveu no âmbito das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), unidade de atendimento do Sistema Único de Assistência Social - Suas, no município de Vitória. Tal unidade é responsável por atender e acompanhar famílias e/ou indivíduos em situação de violência.

A cidade de Vitória conta com três Unidades de Creas que atendem todos os ciclos geracionais e tem como foco a superação das violências apresentadas. De acordo com dados do IPEA (2011), o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por mulheres negras. O *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (IPEA 2015) revela que a população negra lidera o grupo de beneficiários dos programas socioassistenciais e, além disso, 57% das denúncias de violências geradas a partir do *disque 100* também são contra pessoas negras.

Assim, por entender que o referido serviço atende a um público majoritariamente negro e por compreender que o fazer profissional precisa perpassar e assumir um compromisso

ético-político com as questões étnico-raciais, foi organizado o I *Seminário de Assistência Social e Questão Étnico-racial* do município de Vitória. O evento visou abordar e problematizar o racismo vivenciado pelas/os usuárias/os acompanhados nos serviços⁴ ofertados nos Creas.

Como arranjo metodológico, optou-se em criar uma comissão organizadora, inicialmente formada por três profissionais que compunham equipes das três unidades Creas. Cabe destacar que o objetivo foi alcançar os profissionais que compõem as equipes, os quais correspondem a assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, oficinairos, educadores sociais, pedagogos, auxiliares de serviços gerias, auxiliares administrativos e profissionais da gestão.

O evento foi estruturado a partir de mesas redondas e dividido em manhã e tarde. Para as mesas foram convidadas pessoas atuantes na rede, representantes de movimentos sociais e entidades representativas.

A priori, foram elencados os objetivos e eixos temáticos cujas categorias foram definidas a partir de levantamento de dados por serviço. A organização dos eixos foi pautada na necessidade de aprofundar o debate, no campo da assistência social, sobre as violências que perpassam o cotidiano da população negra atendida nos Creas, a saber: infância, juventude, mulheres e idosos. Constituíram os eixos temáticos: *Violência Racial na Infância; Juventude Negra e Processos de Resistência; Processos racializadores e subjetividade; Violência Contra a Mulher Negra e Racismo e Assistência Social*.

No âmbito da *Violência Racial na Infância* privilegiou-se discutir os processos de construção identitária que as crianças negras são submetidas em seus espaços comuns de convivência (escolas, família e dentre outras instituições) e que, por vezes, produzem

⁴ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - Paefi; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - MSE; Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar - Sead; Serviço Especializado em Abordagem Social - Seas.

violências simbólicas de origem estrutural. No eixo *Juventude e Processos de Resistência* o debate foi conduzido na perspectiva de resgatar o histórico de lutas e organização da juventude negra na Cidade de Vitória, com destaque no *Fórum Estadual de Juventude Negra (Fejunes)*, haja vista os índices de mortes violentas a que jovens negros estão expostos.

Em *Processos Racializadores e Subjetividade* foi pautada, sobretudo, a estrutura hierárquica de poder e dominação sustentada pelo racismo estrutural, e sobre como essa estrutura produz as subjetividades (GUATARRI; ROLNIK, 1986) de pessoas negras e não negras, bem como sua interface com a violência, que tem como pano de fundo o racismo.

Sobre *Violência Contra a Mulher Negra*, optou-se por relacionar a temática com foco na interseccionalidade ao abordar a correlação entre ser mulher, pobre e negra (DAVIS, 2016), sobretudo, quando esta condição histórica a submete ao lugar de múltiplas violências. É válido salientar que as famílias acompanhadas no serviço supracitado são chefiadas, em sua maioria, por mulheres negras (PINHEIRO et al, 2008).

No âmbito do SUAS, o racismo foi incorporado aos marcos normativos por meio da cartilha *SUAS sem Racismo*, lançada recentemente (BRASIL, 2018), sendo este o primeiro documento no campo da assistência social brasileira que trata da temática racial, apresentando uma série de dados e informações sobre a população negra atendida no SUAS. A cartilha busca perceber e identificar a concepção de enfrentamento ao racismo assumida pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS. O documento (BRASIL, 2018) coloca que:

urge o estabelecimento de uma discussão mais aprofundada sobre a questão racial no Sistema Único de Assistência Social, sempre adotando uma perspectiva transversal à política de promoção da igualdade racial, para a prevenção e o enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais. Pois, o cotidiano das instituições públicas e privadas ainda revela significativamente o racismo institucional, necessitando, assim, atenção e esforços para que se possa construir uma consciência de que todas as pessoas devem ser respeitadas em suas diferenças.” (BRASIL, 2018).

Cabe destacar a relevância que a utilização de cartilhas e cadernos de orientações com relação ao trabalho nas unidades do SUAS precisam ser utilizados de forma política e estratégica, e o documento SUAS sem Racismo é um exemplo disso. Adequar o debate que o documento citado coloca, as questões alusivas ao racismo nos territórios é contextualizar os rebatimentos do racismo na vida dos sujeitos. Nesse sentido, a realização do seminário aqui apresentado, busca fomentar junto aos profissionais a ideia de que a política de assistência social é locus de enfrentamento ao racismo, sobretudo, ao racismo institucional.

Para a efetivação do evento, os participantes lançaram mão de recursos audiovisuais e vivências corporais. Foram expostos os curtas-metragens *Kbela e Lápis de cor*⁵. Ambos os recursos foram necessários para facilitar e disparar os debates. *Kbela*⁶ refere-se a um documentário que trata do processo identitário das mulheres negras, com foco na estética capilar, atrelado aos processos de negação da sua própria imagem, bem como as estratégias de resistência e resgate do cabelo como ato político.

As exposições foram realizadas dentro de um tempo estipulado pela comissão organizadora, que designou trinta minutos para cada facilitadora. Cada mesa era composta por três facilitadoras cujos temas abordados dialogavam entre si e com as equipes presentes. Ao final de cada exposição, as facilitadoras indagaram os profissionais presentes com perguntas direcionadas à sua prática, com o objetivo de fomentar o debate e produzir reflexões.

Resultados

5 .Dirigido por Larissa Santos, integrante do movimento de cinema negro *Tela Preta*, o documentário questiona a representação racial no universo infantil e como o padrão de beleza vigente afeta a autoestima de crianças negras.

6 . KBELA é uma experiência audiovisual realizada de forma colaborativa por mulheres negras sobre mulheres negras. Com roteiro e direção de Yasmin Thayná, o filme recebeu o prêmio de Melhor Curta-metragem da Diáspora Africana da Academia Africana de Cinema (AMAA Awards 2017) e foi convidado para dezenas de festivais ao redor do mundo, entre eles o Festival Internacional de Cinema de Roterdã (IFFR, 2017) e FESPACO – Festival Panafricano de Cinema e Televisão de Ouagadougou, em Burkina Faso, o maior do continente africano.

Na sequência, estão descritos os resultados identificados a partir das etapas de realização do seminário, que consistem em planejamento, execução e desdobramentos.

Para a efetivação do evento, foi necessário apoio e anuência da gestão da Gerência de Média Complexidade (GMC) da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), haja vista que o Seminário surge em alusão ao mês de novembro, no qual são desenvolvidas atividades referentes à luta antirracista em menção ao 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra.

Ressaltamos que na gestão não há pessoas autodeclaradas negras e concordamos com CARREIRA (2018) ao afirmar que:

Os corpos brancos na luta antirracista importam – como sujeitos e parceiros políticos dessa construção protagonizada historicamente por aquelas e aqueles que sofrem as consequências do racismo – mas nunca como expropriadores dessa luta, nunca para desqualificar, invisibilizar e negar o protagonismo desses sujeitos, reafirmando as armadilhas e lugares de poder da branquitude⁷ acrítica. (CARREIRA,2018)

Consideramos fundamental apontar como resultado o envolvimento de pessoas brancas para a efetivação e garantia de espaços de diálogo e produção de conhecimento, sobretudo no âmbito das políticas públicas e espaços de garantia de direitos, como vislumbramos na experiência aqui retratada.

Outro resultado de relevância diz respeito a garantia do debate sobre questão racial nos espaços de formação continuada do Suas. A NOB-RH (2011) infere que cabe aos gestores municipais:

Liberar os técnicos para participarem a capacitação sem prejuízo dos recebimentos e com as despesas correspondentes de participação de acordo com o Plano de Capacitação. A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e

⁷ . Considerada como a posição dos sujeitos surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis, ou seja, diz do lugar privilegiado, no que diz respeito a acesso a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo, que se mantém.

ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (BRASIL, p.41, 2011).

Assim, compreendemos que a garantia desse espaço contribui para causar rupturas nas práticas que fomentam e reafirmam o racismo institucional. No momento que profissionais do Suas refletem sua prática a partir de uma perspectiva antirracista, é possível identificar e estabelecer estratégias de enfrentamento ao racismo junto a população atendida.

Além disso, a ação desenvolvida corrobora com os pressupostos do *Estatuto da Igualdade Racial* (2010), que versa sobre a participação dos entes federativos na promoção de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais no país.

Por fim, como consequência das reflexões realizadas no presente evento, destacamos a inserção, por meio da gestão, de um Eixo Temático nomeado *Negritude*. Isso significa, que no planejamento das ações coletivas a serem desenvolvidas pelos serviços que compõem o Creas no de 2019, constam ações pensadas especificamente nos diferentes grupos etários acompanhados pelas equipes, tendo como principal norteador os elementos que envolvem a violação de direitos e o racismo.

Considerações Finais

Ao sugerir a construção do I *Seminário de Assistência Social e Questão Étnico-racial* pretendeu-se reafirmar a necessidade de dialogar entre os/as profissionais atuantes na nos Creas. A necessidade de dar cor aos corpos atendidos nos serviços de Média Complexidade, insurge diante de um cenário onde a população negra permanece ocupando lugar nos piores indicadores com relação ao acesso às diferentes políticas públicas (educação, moradia, cultura, lazer, saúde, dentre outras).

Destacamos ainda, que a realização do seminário contrapõe a ideia de que vivemos em uma democracia racial⁸, compreendida como a convivência harmoniosa e igualitária entre os diferentes grupos étnico-raciais, onde somos considerados todos iguais diante de questões de ordem simbólica, subjetiva e material.

Cabe-nos destacar ainda que o presente percurso pretendeu dar visibilidade a duas questões necessárias na discussão sobre questão racial na assistência social. A primeira se refere a compreensão, por parte das equipes, de que a situação de classe está imbricada à de raça. Concordamos com Fernandes (1989, p.75) ao indagar que “na desigualdade existem os mais desiguais; a desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira”.

A segunda questão diz respeito a importância desse debate na política de assistência social. Os serviços ofertados pelo Suas devem cumprir o objetivo de trabalhar a proteção social (articulada a outras políticas), a prevenção a ocorrência e/ou agravamento de situações de violação. A cartilha *Suas sem Racismo* ressalta que é contraditório pensar no desenvolvimento de políticas sociais no Brasil sem considerar o processo histórico de exclusão econômica, social e cultural imposta à população negra.

Estimular a reflexão entre os profissionais a respeito de quem são os sujeitos que mais comparecem nas unidades do Suas é também introduzir ações e projetos que dialogam e afetam diretamente esses sujeitos. A exemplo disso, evidencia-se a supracitada incorporação de um Eixo Temático específico no planejamento anual.

Em suma, outro encaminhamento importante diz respeito a ampliação do diálogo para os serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, haja vista que o primeiro evento foi direcionado aos trabalhadores da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

8 . Ideia amplamente difundida na obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, onde o autor descreve as relações entre indígenas, pretos e brancos de forma romantizada e harmoniosa. (FREYRE, 2004).

Desta forma, o presente evento foi um contraponto frente a dificuldade em trazer à tona a discussão étnico-racial na trama de relações sociais em uma sociedade pautada nos valores burgueses. Essas relações são profundamente atravessadas pelo discurso da “democracia racial” e pelo racismo camuflado que aliena tanto a população negra atendida, quanto quem operacionaliza as políticas públicas, limitando os processos de tomada de consciência política e emancipação da população negra.

RERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/SUAS**, Secretaria Nacional de Assistência S nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009, Brasília.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei 12288/10 | Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, Brasília.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**, 2011, Brasília.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS Sem Racismo**. Brasília, DF, 2018.

CARRERA, D. **O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista**. Dossiê Sur sobre Raça e Direitos Humanos. Disponível em <<https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/>>. Acesso em 21 de março, 2019.

CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

EURICO, M.C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 290-310, 2013.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo. Editora Cortez (autores associados), 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004. [Apresentação de Fernando Henrique Cardoso].

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: MICROPOLÍTICA: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986: p. 25-126.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. **Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional**. 2006.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira**. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: Ipea, 2015.

IANNI, O. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, p. 120. 1992.

MUNANGA, K. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. *Oliveira I, org.* Relações raciais e educação: alguns determinantes. **Cadernos PENESB**, n. 1, p. 9-20, 1999.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO - PENESB. Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. UNESCO, 2005.

MUNANGA, K. “Algumas considerações sobre ‘raça’, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos”. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez/fev., 2005/2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eucentrismo e América latina. In: A COLONIALIDADE do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Americano de Ciências Sociales, 2005.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional – uma abordagem conceitual, texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras**. Abr. 2013.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 2008.